

Para evitar o confronto

O EX-SECRETÁRIO de Estado Henry Kissinger colocou o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento em seu natural e mais adequado contexto, o da ordem política internacional: se um só e mesmo problema, o problema da dívida, abre, a cada ano, um novo contencioso com países distintos, a solução não se há de buscar em fórmulas de rotina; é antes questão de uma revisão das relações internacionais e dos sistemas de valores que fundamentam a solidariedade entre nações.

KISSINGER põe o dedo na ferida: a crise da dívida é sintoma irrecusável de uma constangedora inércia política. E se um país do porte e do peso internacional do Brasil se vê compelido a recorrer à moratória, é porque houve ligeireza e despreocupação, nos meios internacionais, diante de um fenômeno absurdo: um país em desenvolvimento ser levado à condição de exportador líquido de capitais, se quiser honrar os compromissos que contraiu.

NUM SISTEMA financeiro internacional, Kissinger parece querer dizer, a atitude que se espera de um credor não é o mero procedimento, técnico e frio, de um auditor. A confiança que gera o crédito e o empréstimo é de espectro muito mais amplo: ela ultrapassa de muito o

retorno do capital e a realização do lucro, sendo também investimento no desenvolvimento global do país tomador e interesse em seu crescimento — até mesmo para realimentação da solidez do sistema.

ESTE, para ser sólido, tece-se e se sustenta sobre uma comunidade internacional em torno de iguais valores e ideais políticos. E, como as liberdades são interligadas, não pode haver sistema financeiro indiferente à deterioração política de um país, mormente quando esta deriva, em linha direta de uma crise econômica.

NA RAIZ, portanto, da decretação unilateral da moratória brasileira, há uma pobreza de descortino, a impedir que se perceba que um país que recorre imperiosamente à poupança externa não pode vir a aceitar o comprometimento indefinido de sua própria capacidade de poupança e conformar-se com ser exportador de capitais. E, a persistir tal incompreensão, ou visão tacanha dos problemas, só se poderá caminhar para uma reação em cadeia da desintegração — a “confrontação permanente Norte—Sul”, de que fala Kissinger.

O PROBLEMA da dívida transformou-se hoje em questão de sobrevivência da economia de mercado. E de coerência. So-

brevivência porque interessa aos países credores ter os devedores como bons clientes, abstendo-se ciosamente de criar obstáculos a seu crescimento continuado. E coerência porque há um evidente desvirtuamento do mercado, se as condições de pagamento de uma dívida são totalmente diversas daquelas em que a dívida foi pactuada.

NÃO FAZ sentido, com efeito, como denuncia Kissinger, que se atribua à dívida valor superior ao que ela tem no mercado, no repasse de um banco para outro. Se, ao ser “vendida”, uma dívida tem preço inferior ao de seu valor formal, deverá ser por aí que se regulará — sugere o ex-Secretário de Estado — o seu resgate pelo devedor. Ele também propõe uma imaginosa fórmula para manter estáveis os juros da dívida. E isto é indispensável: não é sensato permitir que cresçam indefinidamente as taxas, se elas conduzem inapelavelmente para a insolvência de uns e o desastre financeiro de outros e se uma política criteriosa indica outros meios de prevenção dos riscos do credor.

A RADICALIZAÇÃO política de uma crise econômica pode ser sustada, desde que ela seja vista sob o enfoque de valores maiores a preservar — um mercado livre, entre nações crescentemente livres e independentes.